

RESENHA:

HARE, R. M. *Sorting out Ethics*. Oxford: University Press, 1977.

Giovani Mendonça Lunardi (lunardi@hotmail.com.br)

O filósofo inglês Richard Mervyn Hare, falecido recentemente em 29 de janeiro de 2002, deixou uma vasta obra, reconhecida mundialmente, no campo da Filosofia Moral. Pertencente à chamada “Escola de Oxford,” Hare, a partir da análise da linguagem, construiu uma série de estudos que contribuíram para o desenvolvimento da ética enquanto objeto de investigação filosófica. Hare, como representante da sua época, direciona suas pesquisas para a investigação da linguagem. Para ele, a linguagem não é mais um instrumento neutro e transparente de comunicação de uma realidade dada; é ela, em vez disso, aquela que institui e conforma essa realidade. Da ênfase de Hare na palavra e na reflexão sobre a linguagem, derivaram inúmeras veredas de investigação filosófica. A análise dos imperativos, a argumentação moral, a oposição ao naturalismo-descritivista, a racionalidade e universalidade dos juízos morais são exemplos das possibilidades de discussões a partir dos estudos de Hare.

Relacionando com o centenário da publicação da obra *Principia Ethica* (1903) de G. E. Moore, podemos afirmar que o mesmo influenciou a meta-ética de Hare, principalmente com o argumento da falácia naturalista e a crítica ao naturalismo-descritivismo. Em *Sorting out Ethics* (1997), um dos seus últimos escritos, Hare mantém a mesma posição iniciada em *The Language of Morals* de 1952, na qual considera a ética como um ramo da lógica modal. Ele diz que a lógica como um todo envolve o estudo das palavras. Assim, a ética é um ramo da lógica porque seu objetivo principal é a descoberta dos modos de determinar quais argumentos sobre questões morais são bons argumentos, ou como distinguir raciocínios consistentes de inconsistentes nessa área.

A obra *Sorting out Ethics* está dividida em três partes. Na parte I, Hare retoma suas principais teses em ética, a saber, a defesa da especificidade da linguagem moral com sua racionalidade lógico-conceitual (tese da prescritividade e tese da universalizabilidade) e a necessidade de justificação com base em razões para as decisões morais (utilitarismo de preferências).

<i>ethic@</i>	Florianópolis	v.2	n.1	p.107-110	Jun 2003
---------------	---------------	-----	-----	-----------	----------

Hare, na parte II, detalha as análises das teorias meta-éticas (naturalismo, intuicionismo, emotivismo e racionalismo) de acordo com sua taxinomia. Ele considera que as teorias meta-éticas são teorias semânticas, não ontológicas. Prefere, então, usar uma distinção de teorias meta-éticas entre descritivistas e não-descritivistas em vez de cognitivistas e não-cognitivistas. Para um cognitivista, os juízos morais são asserções e, portanto, passíveis de serem consideradas verdadeiras ou falsas. Já para um não-cognitivista, a moral não é suscetível de ser apreendida por qualquer ato de cognição. Hare é um não-descritivista, mas não um não-cognitivista, pois reserva à razão um papel importante nas discussões éticas. O descritivismo pressupõe que os juízos morais possuem condições de verdade, na mesma condição que os juízos empíricos. Hare sustenta que esta posição incorre em falácia descritiva, ao considerar que compreender o significado de todas as orações, como a utilizada para realizar um enunciado, consiste em compreender as condições de verdade deste enunciado. Segundo Hare, existem orações e expressões cujo significado não está determinado pelas condições de verdade. Os exemplos óbvios são os imperativos. A expressão “Feche a porta!” não permite determinar as suas condições de verdade. O descritivismo, na taxinomia de Hare, dividi-se em naturalismo e intuicionismo.

O naturalismo considera que as condições de verdade dos juízos morais possuem propriedades particulares não morais. Moore já havia se posicionado contrário ao naturalismo, no qual o discurso moral não poderia ser reduzido a um discurso puramente empírico. Hare considera que o naturalismo incorre, também, em relativismo, já que se o significado dos termos morais se explicam de acordo com as condições de verdade, o que em última instância determinará a verdade ou falsidade dos juízos morais serão as condições particulares de verdade aceitas em uma sociedade dada como definidoras do significado dos termos morais.

O intuicionismo, por sua vez, considera que as condições de verdade dos juízos morais possuem propriedades morais particulares específicas, dadas pelas condições morais comuns de cada indivíduo. A tese do intuicionismo prevê a capacidade do conhecimento intuitivo *a priori*, pela qual podemos conhecer as condições de verdade dos juízos morais. Segundo Moore, existe apenas uma propriedade imediatamente reconhecível que é a propriedade de ser bom. Essa propriedade, como a propriedade amarela, por exemplo, é simples e não-analisável. Segundo todas as teorias intuicionistas, o discurso prático seria

conduzido pelo apelo às verdades evidentes de um tipo ou de outro. No âmbito dessas verdades evidentes, não há espaço para argumentos. Para Hare, “o apelo a intuições morais não é adequado. Em argumentos morais, estamos exigindo um comportamento e isso suscita a questão de sua justificação prescritiva já que o uso de enunciados prescritivos, com o operador ‘devo’, implica, entre outras coisas, que qualquer pessoa deve o mesmo em situações semelhantes, e, por isso, ‘eu devo’”. Não estamos assim, enunciando uma asserção descritiva que levanta a questão de sua verdade factual. Esse tipo de justificação é explicado por Hare como exigência lógica presente na linguagem moral.

Na seqüência, Hare, analisa o não-descritivismo, que considera, ao contrário do descritivismo, que o significado dos juízos morais não é somente determinado pela sintaxe e por condições de verdade. O não-descritivismo divide-se em: emotivismo e racionalismo. Para Hare, os emotivistas caem em irracionalismo. Ao se posicionarem contrários às teses de que os juízos morais são equivalentes a enunciados não-morais (naturalismo) e às teses de que são enunciados *sui generis* sobre fatos morais discerníveis por intuição ou apelação a convicções (intuicionismo), os emotivistas concluem rapidamente que não se pode usar a razão sobre questões morais; que os juízos morais são expressões de atitudes irracionais ou não morais. Segundo Hare, eles chegam a essa conclusão porque partem de uma premissa falsa, a saber, de que as únicas questões sobre as quais podemos raciocinar são as questões fáticas.

Assim chegamos ao racionalismo, na qual está inserida a meta-ética de Hare, o prescritivismo universal, que se enquadra nas teorias não-descritivistas. Hare, em oposição ao emotivismo, está querendo garantir a racionalidade da linguagem moral. Visando corrigir erros das teorias éticas anteriores, os prescritivistas adotam a tese de que os juízos morais são uma série de prescrições, amparadas em regras de raciocínio que regem o pensamento moral. Hare afirma que os prescritivistas mostram que existem regras racionais que regem os atos de fala tanto não-descritivos como descritivos. As mesmas leis lógicas que regem os enunciados descritivos regem os juízos morais. Quer dizer, valem para as prescrições. Hare, na sua teoria meta-ética, possui duas teses centrais que estão expostas nas suas obras anteriores, a tese da prescritividade e a tese da universalizabilidade dos juízos morais.

E por fim, na parte III de *Sorting out Ethics*, Hare argumenta ser possível discutir vários problemas práticos, a partir de sua teoria ética normativa que pretende utilizar elementos substanciais do kantismo e do utilitarismo. Apesar de várias críticas, que dizem esta conciliação ser impossível, Hare dedica um capítulo a sua proposta utilitarista-kantiana, com o título de *Could Kant have been a utilitarian?* Ele sustenta que o princípio da universalizabilidade pode dar origem “a um sistema de moralidade que ambos, Kant e os utilitaristas, poderiam aprovar - Kant na sua forma e os utilitaristas no seu conteúdo”. A prescritividade, a universalizabilidade e a sobreposição seriam as principais características formais kantianas; a satisfação racional de preferências forneceria o conteúdo utilitarista.

Hare considera que, se tivéssemos um pensamento moral perfeito, poderíamos sempre utilizar o método do utilitarismo-kantiano, decidindo com o pensamento crítico. Mas, na realidade, ele admite que se as pessoas fizessem isso, poderiam estar induzidas ao erro. No cotidiano de suas vidas, as pessoas não têm tempo suficiente ou informação necessária e estariam à mercê do auto-engano e da persuasão; e, como consequência, muitos pretenderiam, para si mesmo, a conclusão conforme a seus próprios interesses. Assim, Hare sugere que devemos cultivar as mesmas intuições, como aquelas que apelam os intuicionistas, unidas a uma forte inclinação para segui-las e com outros sentimentos moralmente desejáveis (por exemplo, amor) que as reforcem. Somente quando entram em conflito essas disposições gerais usaríamos a reflexão crítica.

Hare, assim, a partir de sua meta-ética, o prescritivismo universal, que contém características kantianas e utilitaristas, procura apresentar um procedimento normativo para esclarecimento e resolução de questões morais. Utilizando os elementos formais kantianos (prescritividade, universalizabilidade e sobreposição) com um princípio substancial utilitarista (satisfação racional de preferências), Hare considera ser possível discutir sobre questões morais práticas.